

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2019

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, inscrita no CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura.

Tem como missão garantir a efetividade operacional dos seus portos com sustentabilidade, competitividade das operações e foco na satisfação dos usuários, como agente de desenvolvimento sócio econômico e ambiental. No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada no Plano Nacional de Logística Portuária - PNL, no Plano Geral de Outorgas - PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispendios Globais - PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos - REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registrou, no exercício de 2019, uma movimentação em torno de 50.416.595 toneladas.

As principais mercadorias movimentadas foram: na exportação, minério de ferro, carga containerizada, produtos siderúrgicos; na importação foram carga containerizada, carvão, coque de hulha, trigo, gesso, coque de petróleo. A Companhia Docas do Rio de Janeiro, por meio dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, operando todas as naturezas de carga; ou seja, carga geral, granel sólido e granel líquido. Os portos de Niterói e de Angra dos Reis têm foco na modalidade de operação apoio offshore.

A execução da receita própria (corrente) alcançou um faturamento de R\$ 544,5 milhões, atingindo 107,4 % do valor projetado para o exercício de R\$ 507,0 milhões. O aumento mais relevante foi no Porto de Itaguaí, com um crescimento de 25,3% em

relação ao mesmo período de 2018. Essa alta foi ocasionada por dois fatores:

Com a meta de otimizar os gastos e reduzir os custos, a gestão orçamentária manteve-se no limite inicialmente aprovado no PDG/2019 de R\$ 480,1 milhões, se fazendo apenas de remanejamentos para cobertura de desequilíbrio em algumas despesas. Não-sazonal e de difícil previsibilidade, a despesa com demandas judiciais trabalhistas foi a única que extrapolou o limite aprovado.

Certamente esse é um momento de profunda transformação que dará frutos a médio e longo prazo. Tudo isso aconteceu em 2019, mas ainda há muito a fazer. Nosso compromisso assumido de reerguer a CDRJ, com base em princípios éticos, morais e legais, farão da Companhia Docas do Rio de Janeiro uma empresa cada vez mais rentável, eficiente, dinâmica e transparente, capaz de prover uma melhor infraestrutura para os usuários dos portos, aumentando sua produtividade e competitividade, e alavancando a economia do Estado e do Brasil.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

O presente relatório pode ser consultado na íntegra no endereço:

http://www.portosrio.gov.br/downloads/files/relatorio_administracao_2019.pdf

Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais)							
ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante			Reapresentado	Passivo Circulante			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa		2.825	14.520	Fornecedores		6.310	4.666
Caixa restrito	4,3	15.569	37.625	Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	14	18.005	26.716
Contas a Receber de Clientes	5	54.784	8.035	Obrigações Tributárias	15	134.994	113.677
Estoques		70	412	Obrigações Contratuais	16	214.027	180.226
Créditos Fiscais a Recuperar	6	3.065	6.176	Benefícios Pós Emprego	17	204.822	274.094
Valores a Receber	7	12.274	8.272	Receitas Diferidas		7.023	7.023
Outros Ativos		2.734	2.820			585.181	606.402
		91.321	77.860				
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Obrigações Tributárias	15	934.675	924.362
Valores a Receber	7	46.891	40.773	Obrigações Contratuais	16	34.850	48.872
Depósitos Judiciais	8	165.012	329.969	Benefícios Pós Emprego	17	383.492	477.767
Partes Relacionadas	9	293.215	293.215	Arrendamento Mercantil		0	0
Bens em Processo de Cessão	10	4.926	4.926	Provisão Para Contingências	18	698.819	1.727.786
Cauções e Depósitos Vinculados	11	338.208	284.108	Receitas Diferidas		16.391	25.752
Outros Ativos		627	539	Adiant. Futuro Aumento de Capital	19	207.384	195.697
		848.879	953.530			2.275.611	3.400.236
Propriedade para Investimento Imobilizado Intangível				Patrimônio Líquido			
	12	24.053	4.792	Capital Social	20	2.455.537	2.455.537
	13	924.836	1.068.889	Prejuízos Acumulados		(3.427.147)	(4.356.742)
		93	372			(971.610)	(1.901.205)
		1.797.861	2.027.583				
Total do Ativo		1.889.182	2.105.443	Total do Passivo		1.889.182	2.105.433

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Operações Continuadas			
Receita Operacional Líquida		460.694	401.150
Custos da Operação		(115.938)	(103.748)
Lucro Bruto		344.756	297.402
Resultado Operacional			
Despesas Gerais e Administrativas		(208.773)	(231.991)
Depreciação		(15.528)	(3.993)
Provisões Contábeis Líquidas		1.016.076	(196.294)
Outras Receitas Operacionais		12.403	51.085
Outras Despesas Operacionais		(84.952)	(117)
		719.226	(381.310)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		1.063.982	(83.908)
Resultado Financeiro			
Resultado Financeiro Líquido		(116.090)	(246.837)
Resultado do Exercício		947.892	(330.745)
Quantidade de Ações		1.222.461.484	1.222.461.484
Prejuízo por Ação do Capital Social (em Reais)		0,78	(0,29)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Resultado do Exercício		947.892	(Reapresentado)
Outros Resultados Abrangentes		(18.297)	0
Perda Atuarial em Planos de Pensão	17	(18.297)	0
Resultado Abrangente do Período		929.595	(330.745)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)				
Descrição	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 1º de janeiro de 2018	2.455.537	-	(4.188.341)	(1.732.804)
Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	162.344	162.344
Resultado do Exercício	-	-	(330.745)	(330.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.455.537	-	(4.356.742)	(1.901.205)
Aumento de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	947.892	947.892
Ganhos/Perdas Atuariais em Planos de Pensão	-	(18.297)	-	(18.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.455.537	(18.297)	(3.408.850)	(971.610)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de Reais)			
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018	
Resultado do Exercício	947.892	Reapresentado	(330.744)
(+) Resultados Anteriores	0	144.048	
(+) Depreciação e Amortização	40.093	10.517	
(+) Baixas do Imobilizado	84.947	0	
(+) Variação Monetária de Créditos de Acionistas	11.687	12.888	
(+) Provisão para Contingências	(1.028.977)	337.339	
(-) Receitas Diferidas	(9.361)	(9.361)	
Resultado Ajustado	46.281	164.687	
Varições no Ativo			
Caixa Restrito	22.055	8.144	
Contas a Receber	(46.749)	23.513	
Estoques	343	(365)	
Créditos Fiscais a Recuperar	3.110	(2.361)	
Outros Valores a Receber	(10.120)	12.828	
Depósitos Judiciais	110.857	(27.990)	
Outros Ativos	(2)	(1.048)	
Varições no Passivo			
Fornecedores	1.644	3.729	
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	(8.712)	3.503	
Obrigações Tributárias	31.630	125.077	
Obrigações Contratuais	19.779	(314.678)	
Benefícios Pós Emprego	(181.843)	(4.351)	
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(11.727)	(9.312)	
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	32	(4.331)	
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	32	(4.331)	
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	0	0	
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(11.695)	(13.643)	
Caixa e Equivalentes no Início do Período	14.520	28.163	
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	2.825	14.520	
Varição	(11.695)	(13.643)	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em milhares de Reais)			
	2019	2018	
Receitas	1.497.615	Reapresentado	378.974
Tarifas Portuárias	94.876		91.586
Arrendamentos Operacionais e Aluguéis	377.663		324.931
Provisão para Perdas Estimadas	(55.622)		(43.531)
Reversão de Provisões	1.080.698		5.988
Insumos Adquiridos de Terceiros	(48.270)		(198.286)
Materiais, Água, Energia e Serviços de Terceiros	(27.918)		(28.347)
Despesas Judiciais e Provisões para Riscos Judiciais	(12.144)		(162.438)
Outros custos	(8.208)		(7.501)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.449.345		180.688
Depreciação e Amortização	(40.093)		(10.517)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.409.252		170.171
Valor adicionado recebido em transferência	(31.294)		158.896
Receitas financeiras	53.100		158.702
Outras	(84.394)		194
Valor adicionado a distribuir	1.377.958		329.067
Distribuição do valor adicionado	1.377.958		329.067
Pessoal	237.449		232.546
Remuneração Direta (Ativos, Cedidos e Estagiários)	103.088		96.747
Benefícios	58.550		55.498
Benefícios Pós-emprego	20.327		21.340
FGTS	9.172		10.664
INSS	30.787		34.056
Encargos	3.104		3.313
Provisões	10.431		8.995
Honorários da Diretoria, CONSAD e CONFIS	1.990		1.933
Tributos	23.426		21.724
Federais	14.121		13.304
Estaduais	-		32
Municipais	9.305		8.388
Remuneração de capitais de terceiros	169.191		405.542
Despesas financeiras	169.191		405.542
Resultado do Exercício	947.892		(330.745)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, doravante denominada "CDRJ" ou "Companhia", com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A CDRJ tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério da Infraestrutura, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras da CDRJ foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a CDRJ incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em lucro no montante de R\$ 947.892 mil (prejuízo de R\$ 330.745 mil em 31 de dezembro de 2018), em especial pelo reflexo da reversão das provisões para contingências, classificadas até o exercício anterior.

Embora a CDRJ possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimizar custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. O Conselho de Administração aprovou, em sua 741ª reunião, de 8 de junho de 2020, o plano de redução de despesas elaborado pela Diretoria Executiva.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização, pela Diretoria Executiva, para conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 23 de julho de 2020.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 – REPRESENTAÇÃO PARA FINS COMPARATIVOS

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2018, originalmente divulgadas em 17/04/2019, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado do exercício, conforme sucinta descrição dos fatos:

A CDRJ celebrou o contrato 043/2019 com a empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Ltda. para a prestação dos serviços de elaboração e revisão de cálculos judiciais nas esferas trabalhista, cível e tributária.

O perito responsável pelos cálculos concluiu que os valores das provisões para contingências, dos processos cíveis e tributários, no exercício de 2018, foram apresentados sem a devida correção monetária. O trabalho resultou também na revisão de três grandes passivos em discussões judiciais: Arrendamentos Mercantis dos Bancos J. P. Morgan e Dibens Leasing e a Reserva por Tempo de Serviço Anterior – RTSA, do Portus – Instituto de Seguridade Social, todos classificados no Passivo Não Circulante. Segundo o laudo, o passivo estava superavaliado e os valores foram baixados por decisão da Diretoria Executiva, em sua 2379ª reunião, de 28 de novembro de 2019, sendo mantidos apenas os valores considerados como perdas prováveis, na rubrica Provisão para Contingências. A revisão das demais ações cíveis e tributárias resultou no ajuste de R\$ 1.475.161 mil (R\$ 1.360.236 mil em 2017).

Conforme nota explicativa nº 17, o cálculo do déficit atuarial, realizado para o exercício de 2017, também gerou ajustes retrospectivos, os quais também foram considerados nesta reapresentação.

classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração Subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e Financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;

- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;

- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.5 Contas a receber

As Contas a Receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício. Do total do Contas a Receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.6 Estoques

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da Companhia e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

4.7 Créditos Fiscais a Recuperar

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos por outros órgãos públicos.

4.8 Bens em Processo de Cessão

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

4.9 Cauções e Depósitos Vinculados

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.10 Propriedade para Investimentos

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.

4.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Em 2019, a CDRJ celebrou o contrato nº 034/2019 com a empresa Convergery Serviços e Contabilidade Ltda. para a prestação de serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado e no Intangível, para cálculos do valor do impairment, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por Unidade Geradora de Caixa – UGC.

A contratada definiu a realização do teste de impairment, inicialmente, utilizando-se da abordagem de Valor em Uso para testar os ativos, dada a sua praticidade, valor preditivo e completa aderência à definição de ativo, segundo o IFRS.

Foram identificadas quatro Unidades Geradoras de Caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto Niterói, UGC Porto de Itaguaí e UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram a recuperabilidade de todos os ativos tangíveis e intangíveis, tendo sido realizados pelo valor em uso na UGC Porto do Rio de Janeiro e na UGC Porto de Itaguaí, e pelo valor de mercado na UGC Porto de Niterói e na UGC Porto de Angra dos Reis.

Os testes provaram também, em procedimento complementar, incluindo os itens administrativos, corporativos e de complementariedade carregados às UGC, que todos os ativos passam no teste de impairment sem indícios de perda por desvalorização.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em Operação	Taxas Anuais de Depreciação
Contas	
Dragagem – Aprofundamento	Entre 10% e 20%
Sinalização	10%
Proteção Marítima	Entre 4% e 10%
Berço e Cais	Entre 4% e 10%
Estacionamento	4%
Vias Internas	Entre 4% e 10%
Linha Férrica	4%
Pátios	Entre 4% e 10%
Armazéns	Entre 4% e 25%
Tançagem	7%
Silo	4%
Guindaste	Entre 4% e 8%
Portêiner	10%
Ship Loader	Entre 5 e 7%
Correia Transportadora	Entre 7% e 10%
Tubulação	Entre 4% e 10%
Grab	20%
Empilhadeira	Entre 5% e 12%
Outros – Equipamentos	Entre 4% e 20%
Bens – Administração	
Contas	Taxas Anuais de Depreciação
Terrenos	Não deprecia
Edificações	Entre 4% e 25%
Instalações	Entre 2% e 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	Entre 5% e 50%
Equipamentos de Informática	Entre 10% e 33%
Sistemas Aplicativos (Software)	Entre 10% e 20%
Mobiliário	Entre 3% e 20%
Veículos	Entre 4% e 25%
Ferramentas	Entre 5% e 10%
Imobilizado em Andamento	
Contas	Taxas Anuais de Depreciação
Obras em Andamento	Não deprecia
Imobilizações a Classificar	Entre 3% e 20%

Bens em Operação registram os itens de propriedade da CDRJ que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da Administração registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento registram os itens que ainda não estão operando.

4.12 Intangível

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

4.13 Obrigações Trabalhistas Fiscais e Contratuais

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.14 Benefícios Pós-Emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.15 Provisões para Contingências

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

4.16 Adiantamentos

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de cessão de créditos futuros, da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, pelo regime de competência.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.18 Receita Operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a sociedade, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas Portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receita de Arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias

dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, da demonstração de resultado.

De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

	31/12/2019	31/12/2018
Cientes Nacionais	235.050	180.953
(-) Perdas Estimadas	(180.266)	(172.918)
Totais	54.784	8.035

Em dezembro de 2019, a CDRJ emitiu duas faturas contra a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, no valor total de R\$ 47.085 mil, cujas baixas só ocorreram no exercício de 2020.

6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda	2.893	5.455
Contribuição Social	172	721
Totais	3.065	6.176

7 – VALORES A RECEBER

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Município do Rio de Janeiro	6.456	6.306	40.904	40.773
Convênio CDRJ x INEA	1.200	1.200	-	-
Acordos – Créditos a Receber	4.019	-	5.987	-
Outros Valores a Receber	599	766	-	-
Totais	12.274	8.272	46.891	40.773

Município do Rio de Janeiro compreende o saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, o qual autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária.

O **Convênio CDRJ/INEA** refere-se ao repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de depoluição da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e propôs o ajuizamento de ação visando o ressarcimento do saldo remanescente, devidamente atualizado.

Acordos – Créditos a Receber compreende o saldo a receber referente aos acordos de confissão de dívidas firmados com os seguintes clientes: Pier Mauá S.A., Triunfo Logística Ltda. e Pennant Serviços Marítimos Ltda.

8 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios:

	31/12/2019	31/12/2018
Ações Judiciais - IPTU	13.408	13.408
Ações Judiciais - Portus	32.783	230.881
Ações Judiciais - VPNI	29.201	22.468
Outras Ações Judiciais	89.619	63.211
Totais	165.012	329.969

As Ações Judiciais – IPTU tratam de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, em face dos Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis.

As Ações Judiciais – Portus são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível do Rio de Janeiro

Ações Judiciais – VPNI compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Outras Ações Judiciais compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

9 – CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém recursos em conta específica pertencente ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Entretanto, por solicitação de sua controladora, foram devolvidos os montantes de R\$ 279.900 mil e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

10 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO

São terrenos na área do porto organizado de Itaguaí, baixados para cessão à União para utilização no programa de construção da Base e Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia.

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os seguintes valores compõem o grupo:

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos Bloqueados RSD	9.232	9.232
Bloqueios em Conta Corrente	151.278	126.266
Bloqueios em Ações do Leasing	164.146	137.197
Recursos Judiciais	13.552	11.413
Totais	338.208	284.108

Recursos Bloqueados RSD referem-se aos valores de Reembolso de Serviço de Dragagem depositados no BNDES como garantia aos contratos de *Leasing* da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Bloqueios em Conta Corrente são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial em conta bancária.

Bloqueios nas Ações do Leasing Portobrás são penhoras na receita da CDRJ para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Recursos Judiciais registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da CDRJ.

12 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Trata-se de 75 (setenta e cinco) imóveis externos (Edificações e Terrenos) de propriedade da CDRJ, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudo de determinação de valor de mercado, realizado pela empresa Convergery Serviços e Contabilidade Ltda., observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para Investimentos foram avaliados em R\$ 547.499 mil.

13 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está assim composto:

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Bens em Operação	949.562	(178.174)	771.388	858.629
Bens - Administração	156.927	(51.263)	105.664	143.397
Imobilizado em Andamento	32.963	-	32.923	51.292
Imobilizado a Classificar	15.195	(374)	14.821	15.571
Totais	1.154.647	(229.811)	924.836	1.068.889

14 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

A seguir a composição do grupo:

	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações	9.232	10.054
Consignações	327	391
Mesada Judicial	134	284
Provisões e Encargos	8.312	15.987
Totais	18.005	26.716

15 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IPTU	14.611	13.191	-	-
ISS	446	3.382	499.959	469.334
Parcelamentos	70.074	37.730	434.716	455.028
PASEP/COFINS	10.365	27.709	-	-
IR e CSLL	5.318	7.690	-	-
INSS/FGTS	14.901	5.099	-	-
ATP	6.820	6.820	-	-
Taxa de Ocupação	11.322	11.322	-	-
Outros	1.137	734	-	-
Totais	134.994	113.677	934.675	924.362

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a dois acordos de pagamento com o Município do Rio de Janeiro, de débitos inscritos em Dívida Ativa em 2009, inscrições 1810258-2 e 3017358-7, os quais a CDRJ não recolhe desde janeiro de 2013, além dos impostos relativos aos exercícios de 2016 e 2017 dos Municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O **ISS** de curto prazo refere-se ao recolhimento mensal habitual, além de valores de exercícios anteriores, em cobrança

amigável. Os valores do longo prazo, vencidos e não pagos desde julho de 1989, estão sendo cobrados pelo Município do Rio de Janeiro por meio de seis processos judiciais, em fase de execução, que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

Os **Parcelamentos** compreendem quatro modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, dois parcelamentos ordinários – Previdenciário e PIS/COFINS, aderidos em 28 de maio de 2018 e 13 de julho de 2018, respectivamente, um acordo com a PGFN – Negócio Jurídico Processual – assinado em 29 de maio de 2019, dois processos de pagamento mensal de multas aplicadas pela ANTAQ e um acordo com o Município do Rio de Janeiro, relativo a IPTU.

O **ATP** – Adicional de Tarifa Portuária, instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, tratava-se de cobrança de taxa cuja base de cálculo eram as operações de importação e exportação, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999, quando a União efetuou transferência do valor aproximado de R\$ 16,8 milhões para baixa parcial do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

16 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

As obrigações contratuais, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de Cliente	2.979	6.481	-	-
Expansão Terminal 1	14.994	21.081	34.850	48.872
Cessão de Crédito	193.226	149.898	-	-
Outros	2.828	2.766	-	-
Totais	214.027	180.226	34.850	48.872

A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da CDRJ, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. O término do contrato está previsto para 16 de janeiro de 2023. A CDRJ vem amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela Libra, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.

A **Cessão de Crédito** refere-se aos contratos firmados entre a CDRJ e a União, nos quais a CDRJ transferiu à União parte dos direitos de créditos decorrentes dos contratos de arrendamento firmados com a Libra Terminal Rio e Sepetiba Tecon, vencíveis até o exercício de 2025. A União efetuou o pagamento à CDRJ em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com objetivo exclusivo de quitação de passivo trabalhista. Os valores contabilizados referem-se às parcelas não recolhidas, ou recolhidas parcialmente, e à atualização de valores pagos em atraso.

17 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A CDRJ é patrocinadora, em conjunto com as demais empresas do sistema portuário, de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo "benefício definido", é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. A CDRJ contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23 de agosto de 2011.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. Entretanto, os repasses da União ocorreram apenas no exercício de 2016 e não foram suficientes para liquidar o débito confessado, que vem sendo discutido judicialmente.

Os registros das obrigações foram objeto de perícia contábil, no exercício de 2019, cuja conclusão foi pela baixa dos valores da Reserva por Tempo de Serviço Anterior – RTSA, registrados no Passivo Circulante, visto que, segundo o perito, o pagamento já havia ocorrido. O relatório sugeriu também que a CDRJ mantivesse apenas a provisão das contingências jurídicas. A Diretoria Executiva deliberou por acatar o laudo do perito e determinou a baixa do passivo em sua 2379ª reunião, de 28 de novembro de 2019. O valor das contingências jurídicas, registrado na conta Provisão para Contingências, é de R\$ 62.249 mil.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Contribuições Correntes	1.797	2.842	-	-
Confissão de Dívidas	203.025	271.252	-	-
RTSA	-	-	-	126.873
Deficit Atuarial	-	-	383.492	350.894
Totais	204.822	274.094	383.492	477.767

O déficit atuarial da CDRJ apontado no balanço patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 383.492 mil (R\$ 350.894 mil em 31 de dezembro de 2018), calculado segundo o CPC 33, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da CDRJ, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., estão apresentadas abaixo:

Base de Dados:

	2019	2018
Participantes ativos (passivo principal)	307	310
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.332	1.358
Aposentados	655	678
Pensionistas	677	680
Total de participantes	1.639	1.668
Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,50

Formação do Déficit:

	2019	2018
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	(350.895)	-
Custo líquido no período	(22.719)	-
Ganhos atuariais líquidos de capital	212.467	-
Pagamento de contribuições	8.419	-
Compartilhamento de risco	(230.764)	-
Saldo do passivo líquido ao final do exercício	(383.492)	(350.895)

Premissas:

	2019	2018
Premissas adotadas (final do ano)		
Taxa de desconto (nominal)	6,853%	9,096%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	9,096%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	4,00%
Indexador do benefício (apenas inflação)	0,00%	4,00%

Outras Premissas Atuariais Materiais:

	2019	2018
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	2019		2018	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Ativos				
Principais Categorias de Ativos				
Disponível	658	0,18%	4	0,00%
Realizável	57.103	15,43%	204.474	35,06%
Títulos Públicos	38.748	10,46%	-	0,00%
Ações	107.203	28,96%	106.839	18,32%
Fundos de Investimento	39.860	10,77%	143.419	24,59%
Renda Fixa	39.618		143.173	
Imobiliário	242		246	
Investimentos Imobiliários	115.982	31,33%	118.048	20,24%
Empréstimos e Financiamentos	1	0,00%	1	0,00%
Outros – Depósitos Judiciais	10.627	2,87%	10.469	1,79%
Total do Ativo	370.182	100,00%	583.254	100,00%

	2019	2018
Total do Ativo	370.182	583.254
(-) Contribuições Contratadas em Atraso	(8.828)	(80.415)
(-) Uso Próprio	(5.654)	(7.491)
(-) Exigível Operacional	(18.652)	(10.482)
(-) Exigível Contingencial	(15.680)	(17.043)
(-) Fundo Previdencial	(40.348)	(43.410)
(-) Fundo de Investimento	(6.798)	(6.137)
(-) Fundo Administrativo	(69.664)	(84.635)
Valor Justo dos Ativos	204.558	333.641
Percentual de Rateio	18,208%	18,208%
Valor Justo dos Ativos	37.247	60.751

Conciliação da Obrigação de Benefício Definido – Segregado:

	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
Obrigação de benefício definido no início do ano	360.695	357.400
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(3.675)	-
Custo dos juros	32.809	30.954
Contribuições de participantes do plano	4.948	-
Benefícios pagos	-	(34.935)
(Ganho) / perda atuarial	(164.916)	(58.728)
(Ganho) / perda atuarial – mudança de premissas	55.173	54.031
(Ganho) / perda atuarial – ajuste de experiência	(51.263)	7.463
(Ganho) / perda atuarial – redução de direitos	(168.826)	(120.222)
Obrigação de benefício definido no final do ano	229.861	294.691

Análises de Sensibilidade:

	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	10%	- 10%	0,25%	-0,25%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	513.658	536.380	513.502	536.045
Valor justo dos ativos do plano	37.247	37.247	37.247	37.247
(Passivo) / ativo líquido inicial	(476.411)	(499.133)	(476.255)	(498.798)
Passivo do patrocinador com redução de direitos	234.355	244.721	234.283	244.568
Passivo do patrocinador com contribuições futuras	45.781	47.807	45.768	47.777
(Passivo) / ativo líquido a ser compartilhado	(196.275)	(206.605)	(196.204)	(206.453)
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	101.258	106.588	101.222	106.509
(Passivo) / ativo líquido a ser reconhecido	(375.153)	(392.546)	(375.033)	(392.289)

Variações	Tábua Biométrica	Taxa de Juros
-----------	------------------	---------------

Varição da obrigação atuarial	-2,08%	2,25%	-2,11%	2,19%
Varição do passivo / ativo líq. a ser reconhecido	-2,24%	2,43%	-2,27%	2,36%

18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Trabalhistas	246.196	251.003
Cíveis	149.651	1.203.057
Tributárias	302.974	273.726
Totais	698.818	1.727.786

Segundo informações da Superintendência Jurídica da CDRJ, as Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em consideração os valores depositados, levantamentos e cálculos homologados.

Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente. Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base em decisões na primeira instância. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
01055945920048190001	Portus – Instituto de Seguridade	Cobrança	62.249
00059858319974025101	Banco J.P. Morgan	Execução	43.251
00224729519978190001	Portus – Instituto de Seguridade	Execução	19.297
00446082719944025101	Dibens Leasing	Execução	7.601
00793175420148190001	Portus – Instituto de Seguridade	Impugnação	6.225

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
01627345620018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	123.176
01648780320018190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	42.302
02737979119988190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	34.083
02683699419998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	27.803
03430243719998190001	Município do Rio de Janeiro	Execução Fiscal	26.013

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
01637009519915010041	Sindicato dos Portuários	Horas Extras	100.180
00473006219905010031	Sindicato dos Portuários	Horas Extras	20.000
01010407320165010046	Fernando Vasconcellos de Sá	Reenquadramento PCES	4.154
00648003419955010010	Izaías J Passarelli e outros	Reintegração ao Emprego	3.400
00015723120115010461	Amaro L da Silveira e outros	Adicional de Risco	3.000

18.1 Perdas Possíveis Não Provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 858.263 mil (R\$ 831.336 mil em 2018), sendo:

- Ações Trabalhistas - R\$ 38.726
- Ações Cíveis - R\$ 675.231
- Ações Tributárias - R\$ 144.306

Segundo a Superintendência Jurídica, apesar de os valores das ações classificadas como perdas possíveis não terem sofrido a correção monetária, os valores atualizados são R\$ 1.040.169 mil, para as ações cíveis, e R\$ 190.540 mil, para as ações tributárias, conforme explicado no item 18.2, a seguir.

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
00066406920084025101	DM Construtora de Obras	Cautelar	250.000
00137391720134025101	Ministério Público Federal	Improbidade Administrativa	82.018
50417730420194025101	Blatter & Galvão Sidou	Ação Civil Pública	75.424
00023797520158190003	Ivonía Afonso da Paixão	Reintegração de Posse	62.206
50376878720194025101	Multi-Rio Operações Portuárias	Ordinária	47.227

Ações Tributárias

Processo	Parte	Tipo	Valor
05033114020184025101	Fazenda Nacional	Embargos de Terceiros	50.182
05129561220064025101	Fazenda Nacional	Execução Fiscal	38.102
05033122520184025101	Fazenda Nacional	Embargos de Terceiros	31.040
00517338019934025101	Fazenda Nacional	Execução Fiscal	8.515
00040773420078190024	Município de Itaguaí – RJ	Embargos à Execução	2.888

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
01019122420175010056	Hostílio Jund; Rozental Oliveira	Reenquadramento PCES	1.000
01013080820185010063	Sindicato dos Engenheiros RJ	Adicional de Risco	1.000
01018608720175010004	Sindicato dos Portuários	Diferenças M/ Redução Salarial	1.000
01002901220195010064	Naira de Fátima Oliveira Paes	Assédio Moral	867
01639007720095010007	Milton Abel Varela da Costa	Diferenças de Reajustes CCT	865

18.2 Evento Subsequente

Segundo informações da Superintendência Jurídica, a CDRJ celebrou o contrato nº 43/2019 com a empresa César Amaral Assessoria e Perícia Contábil – Sociedade Simples Ltda., cujo objeto é, entre outros, a "elaboração de provisionamento contábil/financeiro, relacionado aos processos em que a CDRJ figure como parte da relação processual".

Após a contratação, a Superintendência Jurídica priorizou o trabalho do provisionamento das ações trabalhistas, visto que o resultado serviria, além de informar as provisões com vistas à preparação do balanço, também para o ajuizamento de um plano especial de execução no Tribunal Regional do Trabalho.

Finalizada a parte trabalhista, a empresa contratada iniciou em 2020 o provisionamento das ações judiciais na esfera cível, razão pela qual, após a identificação da necessidade de adequação, a Superintendência Jurídica solicitou ajustes em algumas ações classificadas como perda provável.

Mais recentemente, no que tange ao provisionado como possível, a Superintendência jurídica informou que, após ajustes, o valor será de R\$ 1.040.169 mil para as ações cíveis e de R\$190.540 mil para as ações tributárias.

Por fim, a Superintendência Jurídica informou que, em relação aos autos nº 5028671-12.2019.4.02.5101, em trâmite na 1ª Vara Federal, provisionado em 2019 com R\$ 1.000 mil, passará em 2020, após reanálise, para R\$ 42.630 mil, tendo em vista os andamentos processuais. Mormente porque, até o ano de 2019, o processo estava tramitando na justiça estadual, incompetente para julgar o feito, razão pela qual foi solicitada e deferida a alteração da competência para julgamento do processo para a Justiça Federal.

19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

As Provisões estão compostas da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.912)	(43.441)
Provisão de Férias	10.721	833
Provisão para o 13º Salário	(6.156)	(6.286)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(524)	(11)
Provisão para Contingências	1.021.947	(147.386)
Outras	-	(3)
Totais	1.016.076	(196.294)

25 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Aluguel	11.628	11.921
Multas Aplicadas	11	2.967
Recuperação de Vencimentos	-	35.406
Outras	764	791
Totais	12.403	51.085

A conta **Recuperação de Vencimentos**, que registra o recebimento do ressarcimento com os gastos relativos aos empregados da CDRJ cedidos a outros órgãos ou entidades, deixou de ser contabilizada como receita, no exercício de 2019, e passou a reduzir o grupo das contas relativas aos gastos com pessoal.

26 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Baixa do Ativo Imobilizado	84.947	-
Ajustes Diversos	5	117
Totais	84.952	117

27 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O grupo possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras	53.101	31.673
Despesas Financeiras	(169.191)	(278.510)
Totais	(116.090)	(246.837)

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos e passivos financeiros é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2019			31/12/2018	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.825	2.825	14.520	
Caixa restrito	15.569	-	15.569	37.625	
Contas a receber	69.792	-	69.792	19.127	
	85.361	2.825	88.186	71.272	
Ativo não circulante					
Valores a Receber	46.891	-	46.891	40.773	
Depósitos Judiciais	165.012	-	165.012	329.969	
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215	293.215	
Cauções e Depósitos Vinculados	338.208	-	338.208	284.108	
Outros Ativos	627	-	627	539	
	843.953	-	843.953	948.604	
Total dos ativos financeiros	929.314	2.825	932.139	1.019.876	
Passivo circulante					
Fornecedores	6.310	-	6.310	4.666	
Obrigações Contratuais	214.027	-	214.027	180.226	
Adiantamentos	7.023	-	7.023	7.023	
	227.360	-	227.360	191.915	
Passivo não circulante					
Adiantamentos	16.391	-	16.391	25.752	
	16.391	-	16.391	25.752	
Total dos passivos financeiros	243.751	-	243.751	217.667	

28.2 Classificações contábeis e valores justos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar de fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizaram para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

PARECER CONFIS Nº 001/2020 – CONSELHO FISCAL

Parecer Nº 001/2020 do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, em sua 592ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/08/2020, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 84, incisos II e III, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do **Relatório Anual da Administração**, bem como do **Balanco Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - "Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes", de 23 de julho de 2020.

Considerando as ressalvas e recomendações constantes do Relatório dos Auditores Independentes, já apontadas em exercícios anteriores, no título "Base para opinião com ressalvas", e a manifestação do Conselho de Administração registrada na Ata da 747ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 05 e 10 de agosto de 2020, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações contábeis refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para apreciação dos Acionistas. O Conselho registra, ainda, a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.427.147 mil, o patrimônio líquido negativo de R\$ 971.610 mil, as recomendações do Conselho de Administração, apontadas na Ata da 747ª Reunião Extraordinária realizada nos dias 05 e 10 de agosto de 2020, com vistas à garantia da continuidade operacional e melhoria do desempenho orçamentário da empresa, dentre outras, e, quanto ao comentário no Relatório Anual da Administração acerca da cobrança à CDRJ

DELIBERAÇÃO Nº 088/2020/CONSAD/CDRJ REUNIÃO CONSAD Nº 747ª, de 05 e 10/08/2020 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme disposto no Artigo 54, Inciso XLVII do Estatuto Social da Companhia,

DELIBERA:

Pela aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanco Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e encaminhamento ao Conselho Fiscal para emissão de parecer.

Ressalta que entende existirem oportunidades para melhoria da eficiência da empresa, com a adoção de ações de curto e médio prazo visando sua continuidade operacional, como: a otimização tempestiva dos Benefícios de Assistência à Saúde; a readequação do efetivo, incluindo, mas não se limitando, ao efetivo da guarda portuária; a proposição de ações de redução de custeio na rubrica fornecedores; dentre outros.

E recomenda à DIREXE tendo em vista os pontos acima, que:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos mencionados na "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Contas a receber de partes relacionadas

De acordo com nota explicativa 9, a Companhia possui um saldo de partes relacionadas no contas a receber - ativo não circulante de R\$ 293.215 mil, que corresponde à devolução dos recursos aportados e integralizados na Companhia pelo acionista controlador para a construção do Pier Y e reforço do Cais da Gamboa em 2012 e 2013. Nos anos de 2014 e 2015, a

A CDRJ possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da CDRJ. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico nº 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Dentre as transações realizadas pela CDRJ com suas partes relacionadas, destacamos:

Transações com o Tesouro Nacional: A CDRJ celebrou três contratos de cessão de créditos, com o Tesouro Nacional, nos exercícios de 1998 a 2000, nos quais a CDRJ transferiu à União os direitos de créditos decorrentes de dois contratos de arrendamento: C-DEPJUR Nº 010/98, de 11/03/1998, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Libra Terminal Rio S.A. e o contrato C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado entre a CDRJ e o arrendatário Sepetiba Tecon S.A. Dos créditos decorrentes do arrendamento da Libra Terminal Rio S.A. resultaram dois contratos de cessão, relativos à parte fixa e variável, cujos vencimentos ocorrerão em 8 de maio de 2023. O contrato relativo ao arrendamento da Sepetiba Tecon S.A. possui vigência até 1º de outubro de 2025.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera com duas de suas filiais no Porto do Rio de Janeiro, em terminal privativo e com utilização do cais público. Quando opera em área privativa, a empresa efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. No cais público, são cobradas tarifas de atracação, movimentação de cargas e serviços diversos. No exercício de 2019, o valor total faturado foi de R\$ 34.966 mil (R\$ 32.410 em 2018).

Transações com Cessionários: A CDRJ cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

Ministério da Infraestrutura - MINFRA

Prefeitura de Camboriú

Prefeitura do Rio de Janeiro

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Os cessionários transferem à CDRJ, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2019 foi de R\$ 22.368 mil (R\$ 26.288 mil em 2018) e valor médio mensal foi de R\$ 1.721 mil (R\$ 2.022 mil em 2018).

Transações com o INEA: A CDRJ celebrou o Termo de Convênio nº 120/2012 com o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, visando ações de despoluição da Praia de Sepetiba. Após o término do contrato, o INEA realizou prestação de contas e pleiteou aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil, que deveria ser restituído à CDRJ. A Diretoria Executiva da CDRJ rejeitou a proposta e determinou a cobrança. Até o encerramento do exercício de 2019, permanecia em aberto o valor a receber do ente.

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A CDRJ possui saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber em 2019 era de R\$ 47.360 mil (R\$ 47.079 em 2018).

Outras transações: A CDRJ mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasil de Comunicações - EBC, Companhia Docas do Pará - CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em Reais):

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da diretoria:

	2019	2018
Benefícios de Curto Prazo		
Honorários, benefícios e encargos	1.389.075,29	1.382.770,84
Remuneração variável	326.097,44	311.703,86
Benefícios Pós Emprego		
Remuneração compensatória - quarentena	418.804,68	-
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho		
Férias proporcionais e indenizadas	78.548,06	-

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2019	2018
Conselho de Administração	252.019,48	297.363,73
Conselho Fiscal	190.553,39	198.565,93
Comitê de Auditoria Estatutário	56.121,45	-

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2019		2018	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maiores Remuneração	35.451,66	67.066,40	33.849,25	65.623,35
Menor Remuneração	26.207,13	1.325,54	26.207,13	1.502,28
Remuneração Média	28.939,07	11.213,86	28.807,73	11.659,87

30 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID 19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando pelo surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderão impactar negativamente os negócios da Companhia e, consequentemente, suas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Administração esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 - Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Companhia segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.

FRANCISCO A. M. LARANJEIRA
DIRETOR - PRESIDENTE
CPF Nº 332.852.767-20

SHALON CHARLES S. GOMES
DIRETOR
CPF Nº 014.363.387-27

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
DIRETOR
CPF Nº 771.428.456-00

HELIO SZMAJSER
DIRETOR
CPF Nº 553.615.367-68

EDUARDO PIRES SOARES
CONTADOR - CRC/RJ 110913/O-7
CPF Nº 080.022.657-77

pela Secretaria do Tesouro Nacional de valor relativo aos contratos de securitização, a observação do representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal de ter sido informado que esse montante foi inscrito em Dívida Ativa da União, tendo, então, o Conselheiro complementado que qualquer proposta de negociação ou demanda deve ser endereçada à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que realiza tais inscrições após processo administrativo fundamentado.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2020.

FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
Representante do Ministério da Infraestrutura
Presidente do Conselho Fiscal

ALEX DE SOUSA ARAÚJO
Representante do Ministério da Infraestrutura

EZIO DE LUNA FREIRE JUNIOR
Representante do Tesouro Nacional

JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

i) realize o plano de redução de despesas aprovado com ressalvas na reunião CONSAD nº 741, de 8 de junho de 2020, conforme Deliberação CONSAD 059/2020, visando o cumprimento dos compromissos de curto e médio prazo da CDRJ, e em especial a já mencionada continuidade operacional da empresa, apontada inclusive no relatório dos auditores independentes;

ii) envie esforços na melhoria do desempenho orçamentário de investimentos;

iii) efetue revisão e atualização periódica da provisão para contingências;

iv) busque a melhoria no fluxo de informações entre as áreas jurídica contábil no que se refere aos depósitos judiciais, visando a implantação de um conciliação periódica e efetiva do que tenha sido efetivamente pago à título de cumprimento de sentença ou dispêndio de manejo recursal e posterior levantamento dos valores referentes a condenações da outra parte;

v) efetue revisão e atualização periódica dos valores referentes à Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD;

vi) efetue a adequação dos Pronunciamentos Contábeis: CPC - 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R2) - Benefícios a empregados e CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2020

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Presidente do Conselho de Administração

Companhia decidiu pela descontinuação das obras em função de processos ambientais embargando as mesmas. Sendo assim, o acionista controlador requisitou a devolução dos recursos, que deveriam ser registrados como redução de capital social no patrimônio líquido. Consequentemente, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 293.215 mil.

Ativo imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a baixado saldo de R\$ 95.977 mil em seu ativo imobilizado líquido de depreciação, I, referente às correções monetárias estabelecidas pelo Decreto Lei 8.200/91 (já revogado) de exercícios anteriores. No entanto, trata-se de retificação de erro de exercícios anteriores e de acordo com práticas contábeis estabelecidas no CPC 23, deveriam ser reapresentadas nos exercícios de origem, consequentemente a demonstração do resultado está a menor naquele montante.

Revisão da vida útil

A Companhia não efetuou para a data base de 31 de dezembro de 2019 a totalidade dos ajustes referentes à revisão da vida útil do ativo imobilizado, de acordo com os resultados obtidos nos laudos de avaliação. Assim as taxas de depreciação em função das vidas úteis atuais registradas no ativo imobilizado não estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estabelecidas pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado.

Cálculo atuarial e valores a pagar - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 17, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, que em 31 de dezembro 2018 o montante relativo ao déficit atuarial registrado no passivo correspondia a R\$ 580.127 mil. No entanto a administração não havia procedido a nenhuma avaliação e divulgação relativos aos benefícios

concedidos de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo CPC 33(R2). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contiveram modificação em relação a esse assunto, o qual foi resolvido durante o exercício de 2019. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também contém modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores correspondentes.

Ênfases

Reapresentação de valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes individuais relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentados. Nossa opinião não está ressalva em relação a esse assunto.

Continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve no lucro de R\$ 947.892 mil. Apesar disso, nessa data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 493,860 mil, os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 3.427,146 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 971,609 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame dos balanços patrimoniais individual em 1º de janeiro de 2018 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparados originalmente antes dos ajustes apresentados na nota explicativa nº 3, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com modificações, com data de 22 de junho de 2018 e 22 de fevereiro de 2019, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos mencionados na "base para opinião com ressalva", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2020

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes

CRC-RJ 005.333/O-0

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador - CRC-SC 024.494/O-1